Município de Trombudo Central/SC
Concurso Público 001/2026

CADERNO DE PROVA

FISCAL DE TRIBUTOS

legalle CONCURSOS

PROVA TEÓRICO-OBJETIVA

- 3 horas
- 30 questões
- 4 alternativas
- Saída permitida somente após 1 hora de prova
- O candidato só poderá levar este Caderno após 2 horas de prova

INSTRUÇÕES

Confira se esse Caderno de Prova contém a quantidade de questões indicadas. A substituição deste Caderno de Prova ocorre apenas antes de iniciar a prova.

- O tempo de prova inclui o preenchimento do Cartão-Resposta.
- Nenhuma informação acerca do conteúdo das questões será fornecida pelo Fiscal de Sala, pois é parte integrante da prova.
- Antes de sair da Sala de Prova, entregue o Cartão-Resposta ao Fiscal de Sala, **devidamente assinado**, e, após, se desloque imediatamente para a saída do local de prova.
- Ao final da prova, os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer na Sala de Prova até que o último termine a sua prova, devendo ambos testemunhar a devolução e o lacre dos documentos.
- A divulgação do gabarito preliminar se dará conforme Cronograma de Execução do certame.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À LEGALLE CONCURSOS. PROIBIDO REPRODUÇÃO.

RASCUNHO PARA GABARITO

01		06		11		16		21		26	
02		07		12		17		22		27	
03		08		13		18		23		28	
04		09		14		19		24		29	
05		10		15		20		25		30	

LÍNGUA PORTUGUESA

Para responder às questões 01 a 05, leia a charge abaixo.



Fonte: UMBRASIL

Questão 01. No segundo quadrinho, atente para a palavra **ela** e analise as proposições a seguir:

I. O vocábulo **ela** classifica-se morfologicamente como um pronome pessoal do caso reto.
II. Do ponto de vista coesivo, o pronome **ela** retoma anaforicamente o substantivo **cidade**, citado no primeiro quadrinho.
III. A substituição de **ela** por **a cidade** alteraria a relação de sentido e provocaria erro de regência verbal no período.

Está CORRETO o que se afirma em:

(A) I, apenas.
(B) III, apenas.
(C) I e II, apenas.
(D) I, II e III.

Questão 02. No primeiro quadrinho, a forma verbal **fiz** encontra-se flexionada no:

(A) Pretérito imperfeito do indicativo, indicando uma ação habitual e duradoura no passado.
(B) Presente do subjuntivo, exprimindo um desejo de natureza hipotética do personagem.
(C) Pretérito perfeito do indicativo, indicando um fato concluído e pontual no tempo passado.
(D) Futuro do presente do indicativo, projetando um acontecimento certo a se realizar.

Questão 03. Considerando a relação entre a cena representada no primeiro quadrinho e a transição para o segundo quadrinho, avalie as proposições a seguir:

I. A mudança na postura corporal do personagem — de sentado e relaxado para em pé e sobressaltado — expressa visualmente a quebra da expectativa de tranquilidade.
II. A presença do operário e do guindaste no segundo quadrinho simboliza o avanço da urbanização e a destruição da paisagem natural anteriormente preservada.
III. A fala do personagem no primeiro quadrinho indica que sua ida ao penhasco foi um ato involuntário imposto pelas autoridades urbanas.

Está CORRETO o que se afirma em:

(A) I, apenas.
(B) I e II, apenas.
(C) II e III, apenas.
(D) I, II e III.

Questão 04. No segundo quadrinho da charge, a palavra **mas** classifica-se gramaticalmente e exerce a seguinte função sintático-semântica:

(A) Conjunção subordinativa causal, que justifica o isolamento do personagem no topo do penhasco.
(B) Conjunção coordenativa aditiva, que soma um novo hábito urbano à rotina do personagem.
(C) Conjunção subordinativa concessiva, que aponta um obstáculo superado pelo morador.
(D) Conjunção coordenativa adversativa, que introduz uma relação de oposição e contrariedade em relação à tentativa do personagem de se afastar da cidade.

Questão 05. Analise a regência do verbo e o emprego pronominal do segundo quadrinho nas duas partes a seguir:

(1ª parte): *O verbo* ***insistir*** *rege obrigatoriamente a preposição* ***em****.*
(2ª parte): *O pronome pessoal tônico* ***mim*** *é corretamente empregado após a preposição* ***de****, na função de complemento regido.*

A respeito da regência e da morfossintaxe das partes, pode-se afirmar que:

(A) As duas partes são verdadeiras e gramaticalmente corretas segundo a norma-padrão.
(B) A primeira parte é verdadeira, mas a segunda parte é falsa porque o correto seria usar **eu**.
(C) A primeira parte é falsa porque o verbo **insistir** é transitivo direto, mas a segunda parte é verdadeira.
(D) Ambas as partes são falsas segundo as regras de regência e emprego de pronomes da Língua Portuguesa.

MATEMÁTICA

Questão 06. A adesão de servidores ao programa de teletrabalho estruturado em uma repartição administrativa ampliou-se ao longo de um quadrimestre contínuo sob a forma rigorosa de uma progressão geométrica. No primeiro mês, foram autorizados 15 servidores em regime remoto; no segundo mês, 45 servidores; e, no terceiro mês, 135 servidores participavam da nova modalidade funcional.

Mantendo-se essa mesma razão multiplicativa estável até o quarto mês de implantação, a soma total acumulada de adesões ao teletrabalho ao fim do quadrimestre foi de:

(A) 580.
(B) 600.
(C) 620.
(D) 640.

Questão 07. Para coordenar as ações de um comitê especial de resposta a desastres, serão preenchidas três funções executivas e hierarquizadas: Coordenador Operacional, Secretário de Comunicação e Assessor de Logística. O plenário dispõe de 9 membros habilitados e aptos para a designação, sendo que cada participante poderá assumir, no máximo, uma dessas atribuições privativas.

Sob a ótica do cálculo combinatório, a quantidade máxima de configurações distintas possíveis para a ocupação dessas três vagas diretivas é igual a:

(A) 484.
(B) 504.
(C) 524.
(D) 544.

Questão 08. Uma viatura de inspeção viária percorreu integralmente um anel rodoviário com perímetro total medindo 195 quilômetros. Durante toda a ronda preventiva, o velocímetro indicou velocidade escalar média constante de 65 quilômetros por hora, e não ocorreram quaisquer paradas intermediárias ao longo da via.

Se a viatura iniciou a ronda às 09 horas e 40 minutos, o horário exato registrado no relógio de bordo no momento exato em que o automóvel completou o circuito de retorno ao ponto inicial foi:

(A) 12h20min.
(B) 13h00min.
(C) 12h40min.
(D) 13h20min.

Questão 09. Uma cisterna comunitária de concreto com volume total de 36 metros cúbicos encontrava-se com sua capacidade máxima preenchida no início de um fim de semana de emergência. No primeiro dia de funcionamento, a cozinha comunitária consumiu 45% de toda a água armazenada na estrutura. No segundo dia, as equipes de limpeza demandaram outros 11.800 litros de água do mesmo reservatório. Supondo que o registro de entrada permaneceu fechado durante todo o período, o volume residual remanescente na cisterna ao término dos dois dias foi de:

(A) 8.000 litros.
(B) 7.600 litros.
(C) 9.200 litros.
(D) 7.800 litros.

Questão 10. Uma verba emergencial de R$ 84.000,00 foi integralmente partilhada entre dois polos descentralizados de atendimento à juventude para aquisição de novos computadores. O plano de aplicação determinou que a unidade da Zona Leste recebesse R$ 12.000,00 a mais do que o triplo do montante repassado para a unidade da Zona Norte, em virtude da quantidade superior de salas de aula. Com base nessas relações financeiras aprovadas no empenho, o valor transferido especificamente para a unidade da Zona Norte nessa distribuição foi de:

(A) R$ 16.000,00.
(B) R$ 20.000,00.
(C) R$ 24.000,00.
(D) R$ 18.000,00.

UTILIZE ESTE ESPAÇO PARA CÁLCULOS

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 11. Durante a análise das disposições introduzidas pela reforma tributária sobre o consumo, determinado Município examinou as regras constitucionais aplicáveis ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e à Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Considerando a Constituição Federal de 1988, com as alterações promovidas pela Emenda Constitucional nº 132/2023, assinale a alternativa que identifica CORRETAMENTE os aspectos em relação aos quais esses tributos estarão sujeitos às mesmas regras quanto:

(A) Às hipóteses de imunidade e isenção, aos regimes de suspensão, aos prazos de recolhimento e às condições de apropriação de créditos.
(B) Às bases de cálculo, às hipóteses de imunidade e isenção, aos regimes específicos, diferenciados ou favorecidos e às alíquotas.
(C) Aos fatos geradores, às bases de cálculo, às hipóteses de não incidência, aos sujeitos passivos e aos critérios de aplicação da não cumulatividade.
(D) Aos regimes específicos, diferenciados ou favorecidos, aos prazos de recolhimento, às modalidades de parcelamento e aos critérios de aplicação de penalidades tributárias.

Questão 12. Durante uma auditoria, constatou-se que um fiscal de tributos municipal concedeu um benefício fiscal sem cumprir as exigências legais e regulamentares. Após a apuração em processo regular, ficou comprovado que o agente agiu dolosamente. De acordo com a Lei Federal nº 8.429/1992, essa conduta:

(A) Configura enriquecimento ilícito, pois pressupõe o recebimento de vantagem patrimonial indevida pelo agente público.
(B) Causa prejuízo ao erário, por envolver a concessão irregular de benefício fiscal, nos termos da legislação aplicável.
(C) Configura ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública, por violar os deveres de legalidade e moralidade.
(D) Constitui apenas infração funcional, pois a improbidade administrativa exige enriquecimento ilícito do agente.

Questão 13. Negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativo à venda de mercadoria ou à prestação de serviço efetivamente realizada, bem como fornecê-lo em desacordo com a legislação, constitui crime contra:

(A) A ordem tributária, punível com reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa.
(B) A ordem econômica, punível com reclusão de 1 (um) a 2 (dois) anos e multa.
(C) A ordem tributária, punível com detenção de 1 (um) a 3 (três) anos e multa.
(D) A ordem econômica, punível com detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos e multa.

Questão 14. Em relação ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), analise as assertivas abaixo e julgue-as em Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

( ) O número de imóveis pertencentes ao contribuinte pode ser considerado critério para aferição de sua capacidade contributiva, com vistas à aplicação da progressividade do IPTU.
( ) É constitucional a lei municipal que concede redução do IPTU incidente sobre o imóvel utilizado como residência pelo proprietário, desde que este não possua outro imóvel.
( ) Por se tratar de imposto de natureza real, o IPTU não pode ter alíquotas diferenciadas em razão da localização do imóvel.

Qual alternativa preenche, CORRETAMENTE, de cima para baixo, os parênteses acima?

(A) V - V – F.
(B) V - F – V.
(C) F - F – V.
(D) F - V – F.

Questão 15. Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988 acerca da política de desenvolvimento urbano, analise as afirmativas a seguir:

I. As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.
II. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.
III. O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, sendo obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes.

É CORRETO o que se afirma em:

(A) I, II e III.
(B) Apenas I e II.
(C) Apenas I e III.
(D) Apenas II e III.

Questão 16. Determinado tributo é constituído pela autoridade administrativa sem a participação do contribuinte na atividade de lançamento. Essa modalidade também pode ocorrer quando o Fisco identifica erros ou omissões em lançamento anterior ou verifica que o contribuinte declarou e recolheu valor inferior ao efetivamente devido. A situação descrita corresponde ao lançamento:

(A) Por declaração, com base nas informações prestadas pelo contribuinte.
(B) Por homologação, mediante pagamento antecipado pelo contribuinte.
(C) De ofício, realizado diretamente pela autoridade administrativa.
(D) Por arbitramento, quando não é possível determinar adequadamente a matéria tributável pelos dados disponíveis.

Questão 17. Um Município efetuou, em janeiro de 2026, o lançamento de uma receita de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), cujo recolhimento ocorreu em março do mesmo ano. Considerando os critérios de reconhecimento das receitas sob os enfoques orçamentário e patrimonial, assinale a alternativa CORRETA.

(A) A Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) e a receita orçamentária são reconhecidas em janeiro, no lançamento do imposto.
(B) A receita orçamentária é reconhecida em março, na arrecadação, e a Variação Patrimonial Aumentativa (VPA), em janeiro, quando ocorre o fato gerador.
(C) A Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) é reconhecida em março, e a receita orçamentária, em janeiro.
(D) A Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) e a receita orçamentária são reconhecidas em março, na arrecadação do imposto.

Questão 18. Em execução fiscal, o executado reconhece como incontroversa parte da dívida e pretende pagar essa parcela, oferecendo garantia quanto ao saldo remanescente. Nos termos da Lei nº 6.830/1980 (Lei de Execuções Fiscais), é CORRETO afirmar que:

(A) O pagamento parcial da dívida impede a prestação de garantia sobre o saldo remanescente.
(B) O executado poderá garantir o saldo após o pagamento integral da dívida constante da Certidão de Dívida Ativa.
(C) O executado poderá pagar a parcela que considerar incontroversa e garantir a execução do saldo devedor.
(D) O pagamento da parcela incontroversa extingue integralmente a execução, independentemente da existência de saldo devedor.

Questão 19. Uma empresa de pequeno porte, optante pelo Simples Nacional, presta serviços de elaboração de estudos de viabilidade para obras e serviços de engenharia em um Município do Estado de Santa Catarina. Em 2025, sua receita bruta foi de R$ 4.150.000,00. Considerando que o Estado não adotou sublimite e possui participação superior a 1% no PIB nacional, como deverá ser tratado o Imposto Sobre Serviços (ISS) da empresa?

(A) A empresa será excluída do Simples Nacional, pois ultrapassou o sublimite de R$ 3.600.000,00.
(B) O ISS continuará sendo recolhido pelo Simples Nacional até que a receita ultrapasse R$ 4.800.000,00.
(C) O excesso do sublimite impede imediatamente o recolhimento do ISS pelo Simples Nacional.
(D) A empresa permanece no Simples Nacional, mas, a partir do ano-calendário seguinte, deverá recolher o ISS diretamente ao Município.

Questão 20. As despesas orçamentárias destinadas à constituição ou ao aumento do capital de entidades ou empresas com objetivos comerciais ou financeiros, inclusive instituições bancárias e de seguros, são classificadas como:

(A) Inversões financeiras.
(B) Investimentos.
(C) Transferências correntes.
(D) Transferências de capital.

Questão 21. Uma empresa de construção civil estabelecida no Município de Trombudo Central (SC) foi contratada para executar uma obra no Município de Caxias do Sul (RS). Considerando as regras de competência tributária previstas na Lei Complementar nº 116/2003, especialmente quanto ao local de incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), assinale a alternativa CORRETA.

(A) O ISS é devido ao Município de Trombudo Central, onde está localizada a sede da empresa prestadora.
(B) O ISS é devido ao Município onde o contrato foi celebrado.
(C) O ISS é devido ao Município de Caxias do Sul, onde a obra será executada.
(D) O ISS é devido ao Município de Trombudo Central, salvo quando a obra for contratada ou financiada por ente público.

Questão 22. Suponha que determinado Município, para suprir insuficiência de caixa, contratou uma operação de crédito por antecipação de receita orçamentária no valor de R$ 4.500.000,00, vinculada a impostos cujo fato gerador já havia ocorrido. Considerando a classificação da receita pública prevista na Lei nº 4.320/1964, esse ingresso de recursos apresenta caráter temporário e compensatório, devendo ser reconhecido como:

(A) Ingresso extraorçamentário.
(B) Receita intraorçamentária.
(C) Receita de operações de crédito.
(D) Receita de impostos.

Questão 23. Considere, hipoteticamente, que o Município de Trombudo Central (SC), buscando aprimorar a gestão tributária, atribuiu a outra pessoa jurídica de direito público as funções de arrecadar e fiscalizar determinados tributos municipais e executar atos administrativos relacionados à aplicação da legislação tributária. Nos termos da Lei Municipal nº 1.999/2017, que institui o Código Tributário Municipal, o referido diploma legal:

(A) Transfere a competência tributária à entidade destinatária.
(B) Permite atribuir funções de arrecadação e fiscalização tributária, sem transferir a competência tributária.
(C) Exige a transferência integral da administração tributária municipal.
(D) Impede a atribuição de funções de fiscalização a outra pessoa jurídica de direito público.

Questão 24. Sobre os bens públicos, analise as assertivas abaixo e julgue-as em Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

( ) Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências legais.
( ) O fechamento temporário de via pública para a realização de evento privado pode ser formalizado mediante concessão de uso de bem público.
( ) Os bens de uso comum do povo e de uso especial são inalienáveis enquanto permanecerem afetados a uma finalidade pública.

Qual alternativa preenche, CORRETAMENTE, de cima para baixo, os parênteses acima?

(A) F – F – V.
(B) F – V – V.
(C) V – V – F.
(D) V – F – V.

Questão 25. No âmbito da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim), um órgão passou a exigir que o empresário informasse novamente dados cadastrais já fornecidos a outro órgão da rede, alegando que cada entidade possui sua própria base de dados. De acordo com a Lei Federal n° 11.598/2007, essa exigência deve ser analisada considerando que a Redesim:

(A) Impõe a unificação das bases de dados de todos os órgãos.
(B) Assegura a entrada única de dados e documentos, preservando a independência das bases de dados e a necessidade de informações por parte dos órgãos integrantes.
(C) Permite a repetição de dados cadastrais, desde que cada órgão tenha sistema próprio.
(D) Dispensa a obtenção de informações específicas pelos órgãos integrantes.

Questão 26. No que se refere ao poder disciplinar da Administração Pública, é CORRETO afirmar que ele:

(A) Pode alcançar particulares que mantenham vínculo jurídico específico com a Administração Pública, ainda que não sejam servidores públicos.
(B) Exige a aplicação imediata de penalidade ao servidor que pratique conduta irregular, independentemente da instauração de procedimento administrativo.
(C) Incide sobre qualquer particular que descumpra normas administrativas, independentemente da existência de vínculo específico com a Administração Pública.
(D) Restringe-se aos servidores públicos estatutários, não alcançando empregados públicos regidos pela legislação trabalhista.

Questão 27. De acordo com o Código Tributário do Município de Trombudo Central (SC), a pessoa que adquire estabelecimento comercial e continua a respectiva exploração responde pelos tributos devidos até a data da aquisição. Essa responsabilidade será integral quando o alienante:

(A) Continuar explorando a mesma atividade econômica.
(B) Encerrar a exploração do comércio, da indústria ou da atividade.
(C) Iniciar outra atividade econômica em até seis meses.
(D) Transferir o estabelecimento para pessoa jurídica com outra razão social.

Questão 28. Durante uma execução de título extrajudicial, o executado pretende apresentar embargos antes da realização de penhora ou depósito judicial. Seu advogado também questiona a necessidade de ajuizar ação autônoma, uma vez que a execução já está em andamento. De acordo com o Código de Processo Civil (Lei n° 13.105/2015), é CORRETO afirmar que:

(A) Os embargos dependem de prévia penhora, depósito ou caução e devem ser apresentados nos próprios autos da execução.
(B) Os embargos podem ser apresentados independentemente de penhora, depósito ou caução, devendo ser distribuídos por dependência e autuados em apartado.
(C) Os embargos independem de garantia do juízo, mas devem ser distribuídos livremente, sem vinculação ao processo executivo.
(D) Os embargos somente podem ser apresentados após a avaliação dos bens penhorados, devendo ser autuados em apartado.

Questão 29. No âmbito da execução orçamentária, os restos a pagar correspondem às despesas regularmente empenhadas que não tenham sido pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro, classificando-se em processados e não processados, conforme a etapa da execução da despesa alcançada ao final do exercício. Considerando essas informações, assinale a alternativa que apresenta uma situação de restos a pagar processados.

(A) Pagamento, em fevereiro de 2026, de despesa empenhada em dezembro de 2025, cuja entrega dos bens ocorreu somente em fevereiro de 2026.
(B) Pagamento, em dezembro de 2025, de despesa empenhada e liquidada em novembro do mesmo exercício.
(C) Pagamento, em janeiro de 2026, de despesa empenhada e liquidada em dezembro de 2025, cuja entrega ocorreu ainda naquele mês.
(D) Empenho, liquidação e pagamento da despesa realizados em dezembro de 2025.

Questão 30. Nos termos do Código Tributário Nacional (CTN), as taxas têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou:

(A) A utilização efetiva de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.
(B) A utilização efetiva ou potencial de serviço público específico e divisível, desde que efetivamente prestado ao contribuinte.
(C) A utilização efetiva ou potencial de serviço público divisível, ainda que não específico, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.
(D) A utilização efetiva ou potencial de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.